

# A sinalização visual em Brasília *D.F. Brasília*

**Carlos Pontes**

Fotógrafos de Brasília, uni-vos! Amadores e profissionais, vós que sentis dificuldades agora em fotografar o centro urbano da cidade, inundado que está por painéis e placas nas laterais e em cima dos prédios, passai telegramas, telex, fax ao governador Joaquim Roriz, cobrando providências para acabar com esta poluição visual que não se harmoniza com o espírito do Plano Piloto de Brasília.

Refiro-me principalmente às placas e painéis instalados no alto dos prédios do Setor de Diversões Norte - Conic, Venâncio I ao IV - que interferem na paisagem e ângulos visuais da Torre de TV à Esplanada dos Ministérios.

Aquela placa da Arno em cima do Conic e a dos Bombons Garoto na lateral não combinam com o despojamento, o concreto aparente, a singeleza e o clean dos prédios de Brasília.

Tanto que no mesmo local onde está a placa da "Garoto" já houve um painel anterior que ocupava de alto a baixo a parede, como se usa em São Paulo. E foram tantos os protestos dos brasilienses que o GDF determinou a sua retirada, pois interferia totalmente no visual da Esplanada.

Pelas mesmas razões que falam em implodir o hotel construído à margem do lago Paranoá por interferir na paisagem da Esplanada dos Ministérios, devem ser retiradas as placas de cima dos prédios e da lateral oeste do SDS.

Explico-me. O mestre Lúcio Costa, na descrição do Plano Piloto, prevê para aquele setor uma exceção: placas de neon na fachada, como toque de diversão, de vida noturna, de movimento.

Por isso, para quem vem da Esplanada dos Ministérios, a fachada do Conjunto Nacional quebra o visual e dá um toque de centro comercial. Ainda bem que o administrador do shopping, Raimundo Pires, teve

bom-senso e não permitiu placas e painéis nas laterais norte, sul e oeste, preservando o centro comercial da poluição visual, ao contrário do que aconteceu no SDS.

Também no alto de alguns prédios comerciais e residenciais começaram a pipocar, aqui e ali, placas das construtoras, o que não condiz com o espírito urbanístico e arquitetônico, pois as placas devem ser retiradas após o "habite-se".

Assim, engenheiros do Grupo OK e da Paulo Octávio andaram "esquecendo" placas dessas construtoras no alto de prédios já acabados.

Mas tanto Paulo Octávio como Luiz Estevão são jovens empresários, criados em Brasília e totalmente engajados na vida social e empresarial da cidade, ambos candidatos em potencial para governar a cidade, e temos certeza que, após este artigo, determinarão a retirada dessas placas, que, em vez de divulgarem seus nomes, podem proporcionar efeito contrário: uma onda de antipatia, como aconteceu às placas da Gomes de Almeida Fernandes, no Rio e em São Paulo, que se tornaram símbolos do capitalismo selvagem, do desrespeito ao espaço urbano, o que obrigou a empresa a mudar de nome, tal o desgaste de sua imagem.

Na realidade, a questão placas e painéis precisa urgente de uma regulamentação do Cauma, se já não existe. Após um artigo meu neste mesmo jornal, o ex-governador José Aparecido criou uma comissão para estudar o assunto. Não sei o resultado do trabalho, se rendeu frutos. Mas o certo é que este não é um assunto menor.

A cidade tem um projeto de sinalização visual elaborado por Danilo Barbosa que indica setores, quadras, numeração etc. Mas há os problemas dos prédios particulares como a Casa Thomas Jefferson, a Cultura Hispânica, a Aliança Francesa, por exemplo. Ou o governo autoriza particulares a fabricar as placas que forem autorizadas pela SVO ou a própria secreta-

ria se imcumbem de produzi-las e cobrar dos particulares o valor correspondente.

As empresas de outdoors e painéis não têm escrúpulos nem zelo pela cidade. No afã de faturar, se necessário colocam peças dentro da Catedral, em frente ao Palácio do Planalto ou na Praça do Buriti, como aliás costumam fazer nos gramados do Eixo Monumental.

O meu amigo Inaldécio Del Sécchi que me perdoe, mas até o Parque da Cidade está tomado por painéis de cervejas e refrigerantes, sem nenhum critério ou padronização visual.

A Coca-Cola, por exemplo, que tomou conta de todas as bancas nas entradas das superquadras, quanto está recolhendo aos cofres públicos pelo direito de expor seu nome em locais tão privilegiados?

Nada. Não recolhe um centavo como os painéis do Parque da Cidade também não pagam. Ora, se a empresa de outdoors usa um terreno particular para expor sua placa, paga ao particular uma taxa mensal ou anual, pelo direito de uso, por que o Estado não cobra também pela cessão de seu espaço para propaganda? Ou então por que não coloca em licitação o direito de uso do espaço para propaganda? Quem sabe a Pepsi-Cola não paga mais ao Estado?

Estas e outras questões precisam urgente do pronunciamento do GDF, cuja fiscalização faz vista grossa a painéis colocados até nas laterais de lojas do comércio local das superquadras.

Brasília é uma cidade atípica. Não é a cidade de neon. Não é esta a sua proposta. Daí o apelo ao governador Roriz, ao chefe de Gabinete Civil, José Roberto Arruda, ao secretário de Comunicação Social, Fernando Lemos, pessoas sensíveis, para que resolvessem o assunto.

Brasília merece.

■ Carlos Pontes é jornalista e publicitário